"O Reino de Cristal, líquido e manso": derivas de utopia na épica camoniana

Autor(es): Bernardes, José Augusto Cardoso

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/38358>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0438-1_19

Accessed : 26-Apr-2023 13:44:41

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

Francisco de Oliveira
Pascal Thierry
Raquel Vilaça
Coordenação

M ar Greco-Latino

“O REINO DE CRISTAL, LÍQUIDO E MANSO”.
DERIVAS DE UTOPIA NA ÉPICA CAMONIANA

José Augusto Cardoso Bernardes

Universidade de Coimbra

1. As contas estão feitas: o substantivo “Mar” surge 215 vezes ao longo d’ *Os Lusíadas*. Vem logo atrás de “Gente” (280) “Terra” (271) e “Rei” (230). Nestas contas não entram adjetivos; não entram sequer sinónimos. Se fosse assim, haveria que considerar, pelo menos, a palavra “Água” (107) que, na épica de Camões, é quase sempre salgada. Não entram, tão-pouco, imagens e perífrases conexas. E, no entanto, elas revelam-se de importância capital⁽¹⁾. É justamente o caso da expressão que dá título a esta palestra, extraída da est. 18, do canto IX.

Situemos o passo. Desfeitos os embaraços de Calecut, a armada retoma o caminho de Lisboa. O narrador começa por referir que, para os nautas, constituía prémio suficiente o prazer de chegar à “Pátria cara para contar a peregrina e rara/ Navegação...”. Mas está claro que esse seria apenas o prémio da História. Faltava a recompensa da Poesia, uma vez que, como é sabido, no poema de Camões, um plano não avança sem o outro. Não surpreende assim que, logo a seguir, se desencadeie o segundo processo.

⁽¹⁾ Sirvo-me, naturalmente, do precioso *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, publicado no Rio de Janeiro, pelo Instituto Nacional do Livro, em 1966, sob cordonação de A. G. Cunha.

Ouçamos então as estâncias com que começa o episódio da ilha dos Amores:

362

Porém, a Deusa Cípris, que ordenada
Era, pera favor dos Lusitanos,
Do Padre Eterno, e por bom génio dada,
Que sempre os guia já de longos anos,
A glória por trabalhos alcançada,
Satisfação de bem sofridos danos,
Lhe andava já ordenando, e pretendia
Dar-lhe nos mares tristes alegria.

Depois de ter um pouco revolvido
Na mente o largo mar que navegavam,
Os trabalhos que pelo Deus nascido
Nas Amphioneas Thebas se causaram,
Já trazia de longe no sentido,
Pera prémio de quanto mal passaram,
Buscar-lhe algum deleite, algum descanso,
No Reino de cristal, líquido e manso.

IX, 18-19⁽²⁾

Dada a sua natureza nuclear, o substantivo “Mar” quase nunca aparece sem qualificativos. São, porém, quase todos disfémicos, justamente para encarcerar a coragem de quem se dispõe a enfrentá-lo: “incerto”, “duvidoso”, “triste”, “escuro”, etc. A expressão perifrástica e imagética que encerra a estância 19 funciona como nítido contraponto desses tons negativos, instituindo a

⁽²⁾ As citações camonianas têm por base a edição d' *Os Lusíadas*, com Leitura, Prefácio e Notas de A. J. Costa Pimpão (Lisboa, Instituto Camões, 1992, 3ª ed.).

plenitude onde até então se tinha verificado carência. Trata-se, está bem de ver, de um evidente processo de sublimação, tão corrente na epopeia.

O objectivo deste trabalho resulta directamente dessa verificação, porventura ainda menos notada: a de que no desenlace d' *Os Lusíadas* (no desenlace do discurso e no desenlace da fábula) o Mar constitui uma referência central a vários títulos, gerando sentidos de natureza estético-simbólica que obrigam a rever a representação convencional do lexema, tal como ele surge representado ao longo de todo o poema.

Sei bem que falar de novo deste assunto quando tantos e tão qualificados camonistas o fizeram já pode ser entendido como uma temeridade. Tanto mais que, mesmo pretendendo limitar-me a um aspecto localizado, não poderei deixar de tocar em questões que afectam o entendimento global do episódio. Mas também sei que, em regra, o Mar —mesmo o Mar da Literatura— não se enfrenta sem alguma coragem (ou sem alguma imprudência).

2. Começemos por notar que o Prémio congeminado por Vénus para os seus amados lusitanos só poderia ser virtual. Não se trata, por exemplo, como na *Eneida*, de uma consagração empírica, traduzida na fundação de um Reino. De resto, e como tem sido sublinhado pelos melhores exegetas, o próprio herói é, também ele, virtual. Assim se explica, designadamente, que a ilha seja móvel: transportada sob o mar pelas nereidas, é cuidadosamente mantida fora da vista de quem não merece vê-la. E não é apenas *móvel*. É também *insubstancial*. Ficamos a sabê-lo pelo próprio narrador que, depois de ter dedicado dezenas de estâncias à sua descrição pormenorizada, nos levanta (cruelmente, diga-se) o doce véu da fantasia :

Que as Ninfas do Oceano, tão fermosas,
Tetis e a ilha angelica pintada,
Outra coisa não é que as deleitosas

Honras que a vida fazem sublimada.
 Aquelas preminências gloriosas,
 Os triunfos, a fronte coroada
 De palma e louro, a glória e maravilha:
 Estes são os deleites desta ilha.

IX, 89

Assim desfeita a ilusão referencial, o Prémio é claramente destacado da realidade e colocado no plano da Arte e da Fama que dela deriva.

O “Reino de cristal, líquido e manso” de onde Vénus extrai a ilha para os lusitanos contempla as ideias de preciosidade, doçura e encantamento. O princípio (aristotélico) da **adequação** é perfeito: tanto pela ligação que a deusa mantém com os mares como pelo facto de os descobridores terem, eles próprios, alcançado a glória enfrentando esse mesmo elemento. Do mesmo modo que é perfeita a união aí prevista entre as “aquáticas donzelas” e os “fortíssimos barões”, compreendendo, consecutivamente e em crescendo, os esposais e a contemplação mística dos segredos do espaço e do tempo (IX, 22), ou seja, integrando no mesmo nível o Amor e o Conhecimento ultra-humanos³.

A dimensão e o alcance do Prémio entendem-se ainda melhor se atentarmos em alguns pormenores. Refiro-me designadamente ao facto de a aparição da ilha ter sido precedida por uma expedição de Cupido ao “mundo rebelde” e de dessa expedição ter resultado um diagnóstico de profunda negatividade. Trata-se, possivelmente, do quadro mais “vagaroso” d’*Os Lusíadas*, contendo descrições minudentes e especiosas dos vários tipos de

⁽³⁾ A ilustração cabal deste princípio encontra-se nos verdadeiros esposais místicos celebrados entre o Gama e a titânide Tétis. Como bem lembra o narrador, os amores entre ambos decorrem em plano superior.” ...no cume dum monte alto e divino/No qual ãa rica fábrica se erguia./De cristal toda e de ouro puro e fino.” (IX, 87).

Tomando como base lógica as doutrinas neoplatónicas do Amor, Helena Langrouva, ao longo de um livro recentemente publicado, expende considerações finas e percucientes sobre este processo (v., em especial, pp. 256 e ss).

desconcerto (com destaque para a filáucia) e da preparação das armas do amor. Refiro-me ainda, por outro lado, aos desígnios eugénicos de Vénus, promovendo o aparecimento de uma “progénie forte e bela” que possa contrapor-se aos humanos inícuos e insensatos que povoam o mundo. Tudo isto condiz com as profecias de Júpiter, a única voz verdadeiramente aurática do poema, substituto da Providência divina que, na est. 46 do canto II, apaziguando os temores de Vénus, tinha antecipado não apenas o bom êxito da viagem e o triunfo dos portugueses no Oriente mas também uma espécie de *pax universalis*, através da instauração de “leis milhores” em todo o Cosmos.

3. Outro ponto importante tem a ver com a natureza do prémio: o Amor nobre e resgatante é extraído dos moldes neoplatonistas, envolvendo a reconversão ontológica e o conhecimento dos segredos do tempo e do espaço (pese embora a analogia relativa com o subtexto virgiliano, aquando da subida de Eneias ao topo do monte, guiado por Anquises —VI, 675-78).

Como bem refere Hugo Francisco Bauzá, “La noción de un jardín excelso en el que es posible el vínculo de lo divino con lo humano, parece formar parte de los *universales*” (p. 211). Em Camões, porém, esse paraíso parece não ser apenas literário. Para além dessa vertente artística e antropológica, ele consubstancia ainda um sonho idiolectal: ou não fosse a ilha dos amores o reverso das muitas queixas que povoam a obra do poeta. A ilustração mais óbvia deste tese, é, porventura, a que diz respeito ao emparelhamento entre o soldado Lionardo e a ninfa Efire, situado logo depois do desembarque dos marinheiros: o dito nauta “...bem disposto,/Manhoso, cavaleiro e namorado” (IX, 75), que pode ser visto como anamorfose do próprio Camões, é bem o sucedâneo do sujeito masculino da Lírica, sistematicamente castigado pelo infortúnio amoroso; quanto à nereida que lhe coube em sorte, o seu comportamento parece decalcado da atitude furtiva que invariavelmente caracteriza a entidade feminina ao longo de toda a criação camoniana. A dife-

rença é que também aquela ninfa havia sido previamente atingida pelas setas amorosas dos cupidinhos, não tendo, daquela vez, conseguido levar até ao fim a sua recusa aos desejos masculinos, vendo-se “forçada” a deixar-se cair aos pés do “vencedor”.

4. Enquanto resultado coerente de toda uma dinâmica fabular, o desenlace da epopeia é susceptível de conduzir a uma reapreciação dos episódios anteriores. É exactamente o que sucede com *Os Lusíadas*. Com efeito, a exegese da Ilha dos Amores não pode fazer-se totalmente à margem de um exame hermenêutico de incidência global, envolvendo o problema da unidade de acção e da sintaxe dos episódios que a integram. É manifesto, neste caso, que, na sua complexa tessitura, o episódio final pode ser visto como síntese e fecho dos anteriores (Inês de Castro, o Velho do Restelo, o Adamastor, os Doze de Inglaterra, a descida de Baco às profundezas do Oceano).

Nessa medida, é possível relacionar a derrota do Amor natural em Inês de Castro com o triunfo absoluto desse mesmo Amor na ilha de Vénus; de igual modo, os argumentos arcádicos expendidos pelo Velho do Restelo no final do Canto IV (e que haviam ficado retidos, ao menos, na consciência subliminar de quantos o tinham ouvido) encontram finalmente uma alternativa plena: não já de renúncia estóica mas de superação gloriosa; é igualmente possível estabelecer um contraste entre a desfeita terrena do Adamastor, prisioneiro e vítima dos seus impulsos, com o sucesso alcançado nos mares pelos nautas perseverantes, cautelosos e sofrendores⁽⁴⁾; a bravura generosa do Magriço e dos seus pares, logo recompensada pelo Rei inglês e pelas “damas gentis da corte inglesa”, só vai encontrar resposta cabal nesta ínsula que é também um lugar

⁽⁴⁾ A esse propósito, parece muito significativo que o narrador destaque a presença na ilha da nereida Tétis. Lembremo-nos de que se trata da mesma figura que, no canto V, nos aparece como enganadora do Adamastor. É, de resto, sintomático que seja o próprio Cupido a ocupar-se dela, uma vez que “...Tétis quer ferir mais que nenhũa/ Porque mais que nenhũa lhe era esquivã” (IX, 48).

de triunfo do espírito de cavalaria, assente na dádiva generosa e no esforço abnegado e altruísta. Finalmente, lembremos que, em resultado do concílio dos deuses marinhos, feiamente manipulado por um Baco despeitado e invejoso, os deuses ordenam a Eolo que solte toda a fúria dos “ventos repugnantes” (VI,35); a estes se vai opor Vénus, “mostrando-lhes as amadas Ninfas belas/ que mais formosas vinham que as estrelas” que os hão-de namorar, neutralizando-lhe os ímpetos de destruição (VI, 87). Trata-se ainda aqui, julgo eu, de um primeiro ensaio da deusa Cípria: neste caso, para aplacar amorosamente a fúria da tempestade; mais à frente, no canto IX, há-de ser para promover e coroar os nautas vencedores.

Objecto de reflexão deve ser ainda uma circunstância bem interessante: é que, como muito bem sabemos, o conflito entre Baco e Vénus não é totalmente resolvido n’ *Os Lusíadas*. Em nenhum momento o deus das sombras reconhece o triunfo da deusa luminosa (ao contrário do que faz a Juno virgiliana *Eneida*, XII, 818-842, ou o Poséidon homérico, segundo previsão de Zeus no canto I da *Odisseia*). Várias explicações podem ser aduzidas para esta inconclusão: a mais importante de todas, porém, tem a ver com o facto de, em bom rigor, a acção do poema não encontrar fechamento. A haver confissão de derrota por parte de Baco, *Os Lusíadas* não poderiam terminar com uma exortação do narrador a uma nova partida. Deste modo, salvaguardando o antagonismo entre Vénus e Baco, que se afirma no primeiro concílio dos deuses (I, 20-41), o narrador certifica a perenidade da luta entre pulsões negativas e afinidades positivas, entre o condicionamento do despeito e o puro ímpeto de superação.

5. O problema mais complicado que Camões enfrentou na arquitectura do seu poema há-de ter sido o da verosimilhança. É sabido que tem dele uma consciência muito aguda. A ponto de na Proposição o enfrentar de forma inusitadamente programática. Mas como permanecer fiel à História, recorrendo tão fartamente a uma fábula mitológica? Sabemos que, até uma certa

altura, discriminou sabiamente as causas e os efeitos (como, quando, no Canto VI, as ninfas venusinas acodem a Vasco da Gama, que antes tinha fervorosamente implorado o auxílio da “Divina Guarda” — VI, 81-83). Mas na ilha dos Amores tudo parece mais difícil. Não parece Camões ceder aqui, mais do que em qualquer outro lugar, à tentação do fingimento? É de crer que tenha sentido essa tentação, sim. Lembremo-nos, porém, da cautela evemerista e censória que a si próprio se impôs naquele passo já citado em que avisa o leitor enlevado da natureza “pintada” da ilha (IX, 89)⁽⁵⁾.

Lembremo-nos, sobretudo, de outra coisa; é que os nautas divinizados da ilha dos amores não são meros seres de papel. Desde que se despedem de D. Manuel na praia de Belém, encarnam, de facto, o “peito ilustre lusitano”. Em concreto, são eles os vassalos de D. Sebastião, conquistadores da Terra e do Mar. Por isso Camões os coenvolve na exortação final do poema contra a *civitas diaboli*, expressamente identificada com o reino de Marrocos. Pelo menos no que diz respeito a este aspecto, Camões não deixa as coisas em suspenso: mergulha no Mito mas logo regressa à História. Por isso, a exortação final ao monarca retoma tão claramente o *ethos* e o tom da Dedicatória inicial (ampliando-a ainda mais, para além de tudo o que é normal).

6. Mas não só a questão da verosimilhança ocupou insistentemente as preocupações do artista. Não lhe há-de ter sido fácil, tão-pouco, encontrar um desenlace para o seu poema. Quase nos atrevemos a adivinhar hesitações a tal propósito⁽⁶⁾. Sabendo bem que, como já mandava Aristóteles (*Poética*, 54 a 37-b2), o desfecho deveria resultar da própria fábula, Camões enfrentou, desde logo, o desafio de unir as diversas pontas que foi desfiando. Como

⁽⁵⁾ Para uma visão inteligente e fundamentada das muitas implicações do “evemerismo” camoniano veja-se Hélio João Alves, pp. 607 e ss.

⁽⁶⁾ A este mesmo assunto, dediquei já atenção mais desenvolvida (“O nunca ouvido canto de Camões...”).

fazê-lo, porém, dentro desse princípio de adequação (*oikeia*) de que falava há pouco⁽⁷⁾?

Pode o poeta ter sido induzido a terminar a epopeia com a apoteose plasticamente reparadora da ilha dos Amores, seguida do regresso à Pátria, "...cortando o mar sereno,/com vento sempre manso e nunca irado". Neste caso, a estância de remate seria a 144, do canto X. A ser assim, a continuidade entre a fábula e o desenlace seria óbvia, registando-se, em simultâneo, o triunfo de Vénus e o bom sucesso dos nautas históricos. Tratar-se-ia, porventura, de uma solução de grande impacto estético, traduzida na consagração perfeita do herói. Mas não há dúvida de que sairia prejudicada a vertente didáctica e cívica. Rematando o seu poema em registo de luz e de fulgor, poderia colher-se a lição de que todas as sombras da História teriam sido decantadas com a viagem à Índia. Poderia pensar-se, inclusivamente, que o poema teria sido composto para contemplação embevecida de D. Sebastião e não tanto para o *mover* em relação a um futuro por construir.

É provável, por outro lado, que o nosso poeta tenha estado prestes a cair em outro tipo de tentação. De facto, já depois de celebrada a glória dos portugueses, Camões reincide nos desabafos de melancolia, em forma de epifonema, que tinha vindo a semear nos finais de canto, a partir do VI. A est. 145, nomeadamente (a que se inicia com o verso "No mais, musa, no mais que a lira tenho") é tremenda de decepção e amargura. Uma amargura que pode ter sido, ao mesmo tempo, pessoal e colectiva, idiossincrásica e epocal. Mas terminar assim equivaleria a uma retratação implosiva de toda a epopeia e do resgate implícito que dela se espera. Por isso, essa estância é seguida do verdadeiro remate do poema: aquele que, partindo da est. 146, se estende ainda por mais 88 versos. Como sabemos, esse remate consubstancia uma certificação e um apelo: a certificação de que os portugueses não só podem vencer de novo como podem vencer a um outro nível; o apelo vai

⁽⁷⁾ Cf *Poética*, 55b, 14-15.

directamente para o Rei, para que este assuma o seu destino messiânico conduzindo os vassallos a uma nova empresa “digna de ser cantada”.

7. Uma das questões mais polémicas que sempre vem à liça quando se fala deste episódio é a de saber se nele se verificam traços de utopia. É a ilha dos amores um protesto contra a história ou deve antes ser vista como um incitamento à sua correcção? Com base em pressupostos de rigor teórico, os Professores Martim de Albuquerque e Aguiar e Silva têm sustentado, a este propósito, posições antagónicas, inclinando-se o primeiro pela não aplicabilidade do conceito e o segundo pela sua pertinência⁽⁸⁾. O que está mais uma vez em causa é a relação que n’ *Os Lusíadas* se opera entre o plano da realidade e o da ficção (mesmo o da ficção declaradamente instrumental, como é o caso). Se optarmos por fazer vincar o compromisso cívico de Camões, retiramos implicitamente carga utópica ao episódio; se temperarmos esse dito compromisso com as liberdades próprias da criação poética não nos custa a admitir que estamos perante uma **utopia**, pelo menos em sentido amplo.

Há cerca de uma década, Luís de Sousa Rebelo propôs uma designação de síntese, falando em *eutopia* (e também em *eucronia*). Essa posição, encontra, de resto, perfeita legitimidade no próprio legado clássico, tal como magistralmente o definiu Hugo Francisco Bauzá⁽⁹⁾. Com efeito, se entendermos que a utopia representa sempre a fuga a uma realidade contrastante, vemo-nos obrigados a destacar não uma mas duas situações utópicas no poema de Camões: uma utopia regressiva, consubstanciada no modelo arcádico do Velho do Restelo e uma outra utopia, de índole progressiva, correspondente ao Reino cristão a edificar para além do Estreito, em cumprimento do

⁽⁸⁾ As posições de Martim de Albuquerque e Aguiar e Silva a que me refiro aparecem explicitadas, respectivamente, em *A Expressão do Poder em Luís de Camões* (pp. 291 e ss) e em *Camões: Labirintos e fascínios* (pp. 145 e ss).

⁽⁹⁾ Cf. op. cit., pp. 123 e ss.

desígnio confiado a Afonso Henriques pelo próprio Cristo nos campos de Ourique (III, 45).

Se quiséssemos simplificar o problema, poderíamos desde já concluir que se trataria, no primeiro caso, de uma utopia telúrica e, no segundo, de uma utopia telúrico-marítima. Mas, por muito conforto que possam trazer-nos num primeiro momento, as simplificações raramente correspondem à realidade.

371

8. Em boa verdade, a questão da terra e do mar n' *Os Lusíadas* não se compadece com reducionismos deste tipo. O problema é, de facto, um pouco mais complexo: há, desde logo, o Reino Lusitano, geograficamente concebido como praia, "cume da cabeça da Europa toda (...) /onde a terra se acaba e o mar começa" (III, 20); temos depois a terra consolidada de Afonso Henriques, de Nun'Álvares e do Mestre de Avis; e temos ainda a terra insatisfeita e incompleta de D. Sebastião. Une estas diferentes concepções o *telos* cruzadístico e imperial lendariamente invocado desde Afonso Henriques e profeticamente proclamado na Dedicatória e na exortação final.

O mar é a via religante, o caminho custoso e sacrificial, a prova aferidora de capacidades e sentimentos. Num outro nível, igualmente relevante, temos a terra sensitiva e traiçoeira que leva o Adamastor à perdição; e temos o Reino Antigo, a terra patrimonial do Velho do Restelo.

Temos, por fim, o Novo Reino, que não é exclusivamente marítimo. Nasce de um processo de sublimação ou de hipóstase entre o Mar e a Terra. Convencionalmente, é representado através de uma ilha, sem coordenadas de espaço e de tempo. E (ainda) está por construir, conforme o indica o apelo a uma nova viagem, para além do Tempo, do Espaço e também, porventura, para além da Razão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

372

1. ALBUQUERQUE, Martim de (1998), "Utopia e Camões", in *A Expressão do Poder em Luís de Camões*, Lisboa, INCM, pp.291-306.
2. ALVES, Hédio João (2001), *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quincentista*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.
3. ARISTÓTELES, *Poética* (1974), Edición trilingue de Valentin García Yebra, Gredos, Madrid.
4. BERNARDES, José Augusto Cardoso (2000), "O nunca ouvido canto de Camões e as estâncias finais d' *Os Lusíadas*", in *Mathesis*, 9, pp. 69-84.
5. DELUMEAU, Jean (1994), *Uma história do paraíso* Lisboa, Terramar.
6. CUNHA, A. Geraldo (1966), *Índice analítico do Vocabulário d' Os Lusíadas*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro.
7. FRANCISCO BAUZÀ, Hugo (1993), *El imaginario clásico, Edad de Oro, Utopía y Arcadia*, Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico.
8. LANGROUVA, Helena (2006), *A Viagem na poesia de Camões*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
9. MATOS, M. V. L. de (1995), "O mar em Camões", in *Oceanos*, 23, pp. 54-65.
10. REBELO, Luís de Sousa (1995), "Bucolismo e eticidade n' *Os Lusíadas*", in *Oceanos*, 23, pp. 72-80.
11. SILVA, Victor M. Aguiar e (1994), "Imaginação e pensamento utópico no episódio da ilha dos Amores", in *Camões. Labirintos e fascínios*, Lisboa, Cotovia, pp. 145-154.
12. VENTURA, Maria Garcez (2000), "Os mares no tempo de Camões: elementos e consciência do primeiro sistema mundial", in *Os mares de Camões. VI Forum camontano* (coord. de Manuela Azevedo), Lisboa, Edições Colibri, pp. 71-82.